



Informação n.º 18/2013

Processo n.º 17465/2012

Origem: Tribunal de Contas do Distrito Federal

Interessado: Secretaria-Geral de Controle Externo

Assunto: Estudos Especiais

Ementa: Estudos Especiais. Decisão nº 325/07. IN nº 02/2008-MPOG. Repactuação de preços. Minuta de Decisão Normativa.

Senhor Secretário-Geral de Controle Externo,

Tratam os autos de consulta formulada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN/DF, em 19/07/2012, quanto ao estabelecido na Decisão nº 325/2007, à luz das disposições da Instrução Normativa nº 02/2008 - MPOG, mormente no que diz respeito à repactuação de contratos de empresas prestadoras de serviços continuados, em face de aumento ou reajuste salarial dos empregados que compõem a mão-de-obra terceirizada.

2. Por meio da Informação nº 142/2012-Secretaria de Acompanhamento/2ª Divisão de Acompanhamento (fls. 48 a 76), após detido exame do tema, a unidade técnica manifestou-se nos seguintes termos:

“Por todo o exposto, sugere-se ao e. Plenário desta corte de Contas:

I - responder à consulta formulada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, nos seguintes termos:

a) pedidos de repactuação de preços formulados antes da data do efeito financeiro do dissídio, no âmbito da Administração local, não encontram guarida na Decisão nº 325/2007, que disciplina a repactuação de preços na esfera distrital, mormente ao item I, alínea “f” do referido *decisum*;

b) como até o momento não houve modificação do entendimento desta Corte, permanecem as disposições da Decisão nº 325/2007;

II) determinar o encaminhamento destes autos à SEGECEX para elaboração de estudo a respeito do disposto na IN 02/2008 - MPOG, que alterou posicionamento a respeito dos efeitos financeiros da repactuação de preços dos contratos administrativos, motivado pela majoração salarial da mão-de-obra terceirizada, por conta de Convenção Coletiva de Trabalho, com vista à edição de Decisão Normativa sobre a matéria.”

3. A opinião do Ministério Público convergiu com a do corpo técnico (Parecer nº 1520/2012-MF; fls. 79 a 83).



4. Por sua vez, o Voto do Relator do feito, atual Presidente do TCDF, Conselheiro Inácio Magalhães Filho (fls. 84 a 100), ao convergir parcialmente com a unidade técnica e com o *Parquet*, votou no sentido de que o “*egrégio Plenário*:

- I. *tome conhecimento, excepcionalmente, da consulta consubstanciada no Ofício nº 705/12-GAB/Seplan (fl. 01), tendo em conta a relevância que se reveste a questão, inobstante se encontrar desacompanhada do parecer técnico-jurídico da Administração sobre o tema, consoante exigência constante no § 1º do art. 194 do RI/TCDF;*
- II. *determine o encaminhamento destes autos à Segecex para elaboração de estudo a respeito do disposto na IN 02/2008 - MPOG, que alterou posicionamento a respeito dos efeitos financeiros da repactuação de preços dos contratos administrativos, motivado pela majoração salarial da mão-de-obra terceirizada, por conta de Convenção Coletiva de Trabalho, com vistas à edição de Decisão Normativa sobre a matéria, em especial levando-se em conta os possíveis reflexos desse estudo nas disposições da Decisão – TCDF nº 325/07.”*

5. Nesse sentido, a Decisão nº 6234/2012 (fl. 101).

6. Preliminarmente, registramos que, em cumprimento ao item II da referida Decisão nº 6234/2012, o objeto do presente estudo cingiu-se às questões envolvendo a repactuação de preços motivada pela majoração de mão-de-obra terceirizada nos contratos de natureza continuada.

7. Consoante os termos do art. 37 da Instrução Normativa nº 02/2008 – MPOG¹, “*A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra*”.

8. Nosso estudo, portanto, não alcança outras parcelas constituidoras do preço final pactuado e/ou demais contratos de natureza continuada.

9. Assim, em cumprimento à referida deliberação plenária, queremos crer que o estudo demandado pela Corte já tenha sido desenvolvido, na sua quase totalidade, por meio da Informação nº 142/2012-Secretaria de Acompanhamento/2ª Divisão de Acompanhamento (fls. 48 a 76), ao responder à Consulta formulada, ainda que não fosse essa a intenção do corpo técnico.

10. Ao contextualizar a matéria objeto da Consulta, em face dos termos da Decisão TCDF nº 325/2007, item I, alínea “f”, e da Instrução Normativa MPOG nº 02/2008, a Secretaria de Acompanhamento abordou questões relativas ao reajustamento de preços, à repactuação contratual e à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, para, no tocante ao entendimento do Tribunal de Contas do DF, fazer as ressalvas que transcrevemos (fls. 58 a 73):

¹ Com a redação dada pela IN 03/2009 – MPOG.



“27. A Decisão nº 325/2007-TCDF foi prolatada nos autos do Processo nº 28882/05, que tratou da Consulta formulada pela Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal quanto à possibilidade de repactuação de contratos de empresas prestadoras de serviços, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, em face de aumento ou reajuste salarial dos empregados que compõem a mão-de-obra.

28. Na sobredita Consulta, a Secretaria do Trabalho argumentou que se deparava com problemas relativos ao desequilíbrio causado nos contratos, quando da data-base das categorias laborais que compunham a mão-de-obra utilizada na prestação de serviços terceirizados, afirmando que esses problemas já tinham sido resolvidos em relação aos contratos públicos da União pelo Tribunal de Contas da União - TCU, que no dia 18 de outubro de 2004 publicou o acórdão nº 1.563/04, de Plenário, referente ao Processo TC-001.912/2004-8, que revisou a Decisão nº 457/1995:

“9.1. expedir as seguintes orientações dirigidas à Segedam:

9.1.1. permanece válido o entendimento firmado no item 8.1 da Decisão 457/1995 - Plenário;

9.1.2. os incrementos dos custos de mão-de-obra ocasionados pela data-base de cada categoria profissional nos contratos de prestação de serviços de natureza contínua não se constituem em fundamento para a alegação de desequilíbrio econômico-financeiro;

9.1.3. no caso da primeira repactuação dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o prazo mínimo de um ano a que se refere o item 8.1 da Decisão 457/1995 - Plenário conta-se a partir da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo que, nessa última hipótese, considera-se como data do orçamento a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, nos termos do disposto no art. 5º do Decreto 2.271/97 e do item 7.2 da IN/Mare 18/97;

9.1.4. no caso das repactuações dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua subseqüentes à primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere o item 8.1 da Decisão 457/1995 - Plenário conta-se a partir da data da última repactuação, nos termos do disposto no art. 5º do Decreto 2.271/97 e do item 7.1 da IN/Mare 18/97;

9.1.5. os contratos de prestação de serviços de natureza contínua admitem uma única repactuação a ser realizada no interregno mínimo de um ano, conforme estabelecem o art. 2º da Lei 10.192/2000 e o art. 5º do Decreto 2.271/97;

9.1.6. nas hipóteses previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4 deste Acórdão, a repactuação poderá contemplar todos os componentes de custo do contrato que tenham sofrido variação, desde que haja demonstração analítica dessa variação devidamente justificada, conforme preceitua o art. 5º do Decreto 2.271/97; (...).”



29. *Cumprir registrar que à época da referida Consulta, além de o Acórdão acima referenciado, as normas que disciplinavam os critérios utilizados para a repactuação de preços dos contratos administrativos na esfera federal eram o Decreto nº 2.271/97 e a Instrução Normativa MARE nº 18.*

30. *O Decreto 2.271, editado em 07 de julho de 1997, regulamentou a contratação de serviços pela Administração Pública Federal e passou a admitir a repactuação dos preços para os contratos que tivessem por objeto a prestação de serviços de forma contínua².*

31. *Posteriormente, em 22 de dezembro de 1997, com vistas a disciplinar o citado Decreto, foi publicada a Instrução Normativa MARE nº 18/97, que assim cuidou da repactuação dos contratos:*

“7. DA REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS

7.1. *Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação;*

7.2. *Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.*

7.3. *A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços referida no subitem 1.1.5.*

32. *Dessa forma, em resposta à consulta formulada pela Secretaria do Trabalho do DF, esta Corte de Contas se posicionou no mesmo sentido do estabelecido no Acórdão 1563/04 - TCU, para disciplinar os critérios de repactuação de preços dos contratos administrativos relativos à prestação de serviços continuados no âmbito do Distrito Federal, que culminou com a Decisão nº 325/2007-TCDF.*

III.4. A ALÍNEA “F” DA DECISÃO Nº 325/2007 E O ENTENDIMENTO SOBRE O “DIES A QUO” DOS EFEITOS FINANCEIROS NA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS.

33. *No que se refere ao termo inicial dos efeitos financeiros decorrentes da repactuação de preços nos contratos administrativos, entendia-se pela impossibilidade da retroatividade dos mesmos.*

34. *Sobre o assunto, o TCU tinha se manifestado no sentido de que:*

²Art . 5º Os contratos de que trata este Decreto, que tenham por objeto a prestação de serviços executados de forma contínua poderão, desde que previsto no edital, admitir repactuação visando a adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano e a demonstrarão analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.



“sejam planejadas as assinaturas dos contratos e termos aditivos celebrados, de modo a não ocorrer atribuições de efeitos financeiros retroativos, por contrariar o princípio da legalidade, previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/93” (Decisão nº 161/1997).

35. Dessa forma, não poderia a Administração arcar com efeitos retroativos da repactuação. Nessa direção, bem registrava o Parecer constante de processo de serviço de vigilância do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG:

“...o interesse e conveniência na repactuação deve ser unicamente da contratada e não da Administração. A Administração só deve ter interesse nos casos de prorrogação, quando estiver demonstrado o interesse público, jamais nos casos de reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico financeiro ou institutos congêneres.

36. Alguns Órgãos Federais, como o Ministério das Comunicações, adotavam, em seus contratos, medidas necessárias para evitar concessões de reajustes com efeitos retroativos:

8.1. O Contrato poderá ser repactuado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que se referir, ou, ainda da data da última repactuação, visando a adequação aos novos preços de mercado e a demonstração analítica das variações dos componentes de custos dos Contratos, devidamente justificada, de conformidade com o Decreto nº 2.271, de 07.07.97, ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público em complementação ou substituição à mencionada norma;

8.2. O esquecimento da CONTRATADA quanto ao seu direito de propor a repactuação, não será aceito como justificativa para pedido de efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não a pedir dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento” (grifou-se).

37. Sendo assim, o entendimento dominante apontava para a impossibilidade de a Administração Pública atribuir efeitos financeiros retroativos, quando atendido o pleito do contratado para levar a efeito a repactuação do Contrato.

38. Dessa forma, o prazo para adimplemento dos novos valores acordados deveria iniciar-se a partir da conclusão das negociações, podendo, no máximo, retroagir à data da solicitação do contratado.

39. Portanto, foi nesse contexto, em que o entendimento dominante não admitia a hipótese da retroatividade dos efeitos financeiros nas repactuações de preços dos contratos administrativos, que esta Corte, perfilhando desse posicionamento, deliberou sobre o quanto estabelecido na alínea “f” da Decisão nº 325/2007.

III.5 DA MUDANÇA DE POSICIONAMENTO QUANTO AOS EFEITOS FINANCEIROS DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS NA ESFERA FEDERAL.

III.5.1 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2008 – MPOG, DE 20 DE ABRIL DE 2008.



40. Com a finalidade de disciplinar a contratação de serviços, continuados ou não, por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG editou a IN 02/2008 – MPOG. O art. 41 do referido normativo assim estabelece (fl. 47):

Art. 41. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - a partir da assinatura do termo aditivo;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras; (grifo nosso)

§ 1º No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

41. Depreende-se, assim, que o dispositivo supratranscrito traz inovação quanto aos critérios de pagamento de novos valores contratuais decorrentes das repactuações de preços dos contratos administrativos de serviços continuados, admitindo, excepcionalmente, a retroatividade do início de suas vigências, quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

III.5.2 DO ACÓRDÃO Nº 1827/2008 – TCU - PLENÁRIO

42. Mediante o Acórdão nº 1827/2008 – TCU – Plenário, prolatado nos autos do Processo nº TC - 027.946/2007-5, o Tribunal de Contas da União posicionou-se sobre a questão da repactuação contratual, entendendo que nos editais de licitação de contratos referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, deve ficar claro o prazo dentro do qual o contratado poderá exercer, perante a Administração, seu direito à repactuação contratual. A seguir, transcrevem-se as principais determinações constantes do referido Acórdão, que se manifestam diretamente relacionadas com a matéria ora em análise³:

GRUPO: II – CLASSE VII – Plenário

TC nº 027.973/2007-2 NATUREZA: Representação INTERESSADO:
Tribunal de Contas da União ÓRGÃO: Ministério dos Transportes

³http://jacoby.pro.br/novo/uploads/licita_es_e_contratos/juris/repactua_o/tcu_ac_rd_o_n_1827_2008_plen_rio.pdf



ENTIDADE CONTRATADA: Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda. (CNPJ nº 02.660.447/0001-12) SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. AUDITORIA NO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES COM O OBJETIVO DE AVALIAR A TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR DE INFORMÁTICA. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CONTRATO CUJO OBJETO FOI A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÕES.

(...)

“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.4. recomendar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT) que, em seus editais de licitação e/ou minutas de contrato referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, **deixe claro o prazo dentro do qual poderá o contratado exercer, perante a Administração, seu direito à repactuação contratual, qual seja, da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar;**

9.5. recomendar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT) que, em seus editais de licitação e/ou minutas de contrato referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, **deixe claro a data de referência que servirá para a contagem do interregno de 1 (um) ano para a primeira repactuação, data esta que, em regra, será a data base da categoria envolvida; (...).” (grifo nosso)**

43. Traz-se, ainda, à colação, trechos do Voto do Ministro Relator Aroldo Cedraz⁴, pertencentes ao mesmo Processo, que culminou com o Acórdão em tela in verbis:

10. Em seu entendimento, assiste razão ao nobre relator quando defende a possibilidade de se atribuir efeitos financeiros retroativos em caso de repactuação, retroação esta que, via de regra, alcança a data-base subsequente ao recebimento da proposta, ao orçamento que serviu de base para a licitação, ou ao dies a quo referente aos efeitos financeiros da última repactuação.

g14. Em reforço a essa tese, lanço mão das palavras de Dalton Santos Moraes (in *Temas de Licitação e Contratos Administrativos*, Editora NDJ Ltda., 2005, p. 131/132). Segundo esse autor, “a IN/MARE nº 18/97,

⁴http://jacoby.pro.br/novo/uploads/licita_es_e_contratos/juris/repactua_o/tcu_ac_rd_o_n_1827_2008_plen_rio.pdf



como ato normativo integrante da legislação regulamentar, não pode ser interpretada de forma a atingir objetivos distintos dos princípios que regem a atuação administrativa, em especial o princípio da vedação do enriquecimento sem causa pela Administração em detrimento do particular contratado." Dando continuidade ao raciocínio e escorado no mesmo princípio de direito, o autor assevera que "poderá a Administração Pública contratante fixar como início da eficácia dos efeitos da repactuação a data de requerimento da contratada ou a data inicial de vigência dos salários normativos em relação aos quais se realiza a repactuação, desde que, ante a natureza jurídica de negociação bilateral da repactuação de preços, tenha sido o requerimento feito em prazo razoável pela contratada."

44. Como se vê, consoante o sobredito Acórdão, o prazo para repactuação de preços dos contratos administrativos, passa a contar da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente. Se a empresa não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

45. Em linhas gerais, segundo o Ministro Relator Benjamin Zymler, o direito de repactuar surgirá quando ocorrer um aumento de custos do contratado, devendo a repactuação ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente.

46. Tal entendimento visa a preencher a lacuna até então existente na legislação sobre o tema, que permitia que as empresas contratadas solicitassem repactuação de contratos após anos de vigência, requerendo pagamentos retroativos a anos anteriores, o que ocasionava diversos problemas como, por exemplo, impactos no planejamento do órgão e na sua execução orçamentária, além de comprometer as pesquisas de preço realizadas à época das prorrogações do contrato com a finalidade de verificar se o preço do contrato vigente consistia ainda na proposta mais vantajosa para a administração.

III.5.3. DO PARECER Nº AGU/JTB 01/2008

47. Em face da inexistência, na legislação de regência, de norma que disciplinasse de maneira expressa os efeitos financeiros retroativos da repactuação **de preços**, em contratos de prestação de serviços continuados, **nos casos de aumento salarial decorrente de Convenções Coletivas de Trabalho – CCT**, na esfera federal, a Advocacia-Geral da União – AGU elaborou o Parecer nº AGU/JTB 01/2008.

48. Entende-se que os argumentos erguidos no referido Parecer, bem como a sua conclusão, assumem contornos relevantes para o posicionamento desta Corte de Contas em face da Consulta formulada pela Administração do Distrito Federal, ora em análise, razão pela qual serão reproduzidos a seguir.

"Aliás, o ponto tratado aqui diz respeito ao direito à repactuação e não ao seu requerimento, podendo esta questão ser bem compreendida por meio da explanação do doutrinador Diógenes Gasparini:



[...] E se o contratado, não pedir o reajuste no momento oportuno, pedir depois? Uma vez concluído o contrato, ele tem direito ao reajuste? Alguns dizem que não, não tem direito. E não tem direito porque não tem título. Qual é o título que ele tem para exigir o reajustamento? O contrato já acabou, ele já entregou a obra, já recebeu todos os seus direitos; não pode pleitear um pagamento, uma indenização, um reajustamento. Outros dizem que tem direito, sim, e eu estou com estes. Por que? **Porque o desbalanceamento da equação econômico-financeira ocorreu na vigência do contrato. E o que me dá direito a receber a indenização ou o reajustamento não é o meu pedido; o meu pedido é meramente um ato formal, é um ato que desencadeia um processo; quem me assegura o direito é a Constituição. Por outro lado eu poderia também dizer que se o Poder Público celebrou um contrato comigo, e ocorreu desequilíbrio na equação econômico-financeira em meu prejuízo, a Administração Pública obteve um locupletamento sem causa, e isto está proibido pelo ordenamento jurídico. Por essa razão também teria que pagar. Por esta razão me parece que deve prevalecer a tese segundo a qual deve ser pago, ainda que não requerido o reajustamento no momento oportuno. Eu ressalvava aqui a hipótese de prescrição. Vamos supor que depois de dez anos seja pedido o reajustamento. Aí espera, senão nós teríamos uma dificuldade medonha para manter a segurança das relações jurídicas. Então dentro do prazo prescricional eu poderia pedir sem maiores preocupações (grifou-se).**

Assim, tendo em conta que o desbalanceamento econômico-financeiro do contrato ocorreu durante a vigência do mesmo, deve haver o ressarcimento ou reajuste, com efeitos financeiros a partir da data em que esse desequilíbrio incidiu.

Como ressaltou o administrativista acima, o pedido de reajustamento é um ato meramente formal, que desencadeia o processo, não se confundindo com o direito material do contratante.

Entender de forma diferente, no sentido de que as empresas devem ser ressarcidas, tão somente, a partir do momento em que requereram o reajustamento, é ir de encontro aos mandamentos constitucionais vigentes.

Ora, se há doutrinador, como Diógenes Gasparini, entendendo que cabe o ressarcimento naqueles casos em que o reequilíbrio ocorreu durante o contrato, mas o pleito lhe foi posterior, por muito mais razão pode-se concluir pelo direito do contratado à repactuação nos casos em que o desequilíbrio e o pleito ocorreram na vigência do contrato.

(...)

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que os efeitos financeiros decorrentes da repactuação dos contratos administrativos devem retroagir à data base da categoria.

Como pode ser visto no julgado abaixo, o Tribunal reconheceu, expressamente, que o marco inicial, a partir do qual devem ser pagos os valores devidos, é a data base da categoria (RESP n. 554.375/RS):



O Exmo. Sr. Ministro Castro Meira (Relator): Cuida-se de recurso especial interposto com fulcro na alínea "a" do permissivo legal, contra aresto proferido pelo Tribunal a quo, assim, ementado:

Ação de Cobrança. Repactuação de Contrato Administrativo. Termo inicial. Respeito ao prazo mínimo de um ano. Honorários advocatícios. Compensação válida. Correção monetária. Inadimplemento.

A necessidade de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato é garantia constitucional que visa restabelecer a mesma relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, ante a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis.

2. O termo inicial a ser respeitado para manutenção do equilíbrio contratual é a data em que passou a vigor as majorações salariais da categoria profissional que deu ensejo à revisão. (grifou-se)

(...)

Por meio do Acórdão nº 1828/2008 – TCU - Plenário, o Tribunal de Contas da União estabeleceu que a repactuação deverá ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo certo que, se não o for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito do contratado de repactuar.

Em seus subitens 9.4 e 9.6, o Tribunal de Contas exarou, respectivamente, as seguintes recomendação e determinação:

9.4 recomendar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes(SAAD/MT) que, em seus editais de licitação e/ou minutas de contrato referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, deixe claro o prazo dentro do qual poderá o contratado exercer, perante a Administração, seu direito à repactuação contratual, qual seja, da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

[...]9.6 determinar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) que, no prazo de 30 dias, oriente a Administração Pública na gestão dos seus contratos, levando em consideração as determinações e a recomendação contidas no presente Acórdão.

Discorreu o Ministro Benjamin Zymler, em seu Voto no Acórdão referido, que:

[...] quando da assinatura do Terceiro Termo Aditivo caberia à contratada, caso ainda não tivesse postulado, suscitar seu direito à repactuação, cujos efeitos retroagiriam à 1/5/2005, data-base que ensejou a celebração de novo acordo coletivo que alterou o salário da



categoria profissional. Contudo, o que aconteceu foi tão somente a alteração do prazo contratual, ratificando-se todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Ao aceitar as condições estabelecidas no termo aditivo sem suscitar os novos valores pactuados no acordo coletivo, a empresa Montana deixou de exercer o seu direito à repactuação pretérita. Em outros termos, a despeito do prévio conhecimento da majoração salarial decorrente do acordo coletivo ocorrido em maio de 2005, a empresa contratada agiu de forma oposita e firmou novo contrato com a Administração por meio do qual ratificou os preços até então acordados e comprometeu-se a dar continuidade à execução dos serviços por mais 12 meses.

Por conseguinte, considero que a solicitação de repactuação contratual feita pela empresa Montana em 6/2/2007, com efeitos retroativos a 1/5/2005, encontra óbice no instituto da preclusão lógica. Com efeito, há a preclusão lógica quando se pretende praticar ato incompatível com outro anteriormente praticado. In casu, a incompatibilidade residiria no pedido de repactuação de preços que, em momento anterior, receberam a anuência da contratada. A aceitação dos preços quando da assinatura da prorrogação contratual envolve uma preclusão lógica de não mais questioná-los com base na majoração salarial decorrente do acordo coletivo ocorrido em maio de 2005.

Entende-se plenamente pertinente a limitação do exercício do direito de repactuação nos termos propostos."

49. A conclusão do mencionado Parecer encontra-se consignada nos seguintes termos (fl. ...):

"Assim, por tudo o que se expôs, pode-se concluir que:

a) *a repactuação constitui-se em espécie de reajustamento de preços, não se confundindo com as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;*

b) *no caso da primeira repactuação do contrato de prestação de serviços contínuos, o prazo de um ano para se requerer a repactuação conta-se da data da proposta da empresa ou da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo certo que, considera-se como data do orçamento a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta;*

c) *no caso das repactuações subseqüentes à primeira, o prazo de um ano deve ser contado a partir da data da última repactuação;*

d) *quanto aos efeitos financeiros da repactuação nos casos de convenções coletivas de trabalho, tem-se que estes devem incidir a partir da data em que passou a vigor efetivamente a majoração salarial da categoria profissional; e*

e) *quanto ao termo final para o contratado requerer a repactuação, tem-se que a repactuação deverá ser pleiteada até a data da prorrogação*



contratual subsequente, sendo certo que, se não o for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito do contratado de repactuar.”

50. Cabe salientar que o estudo levado a cabo no Parecer nº AGU/JTB 01/2008 fixou vários posicionamentos no sentido de pacificar a questão no âmbito da Administração Pública Federal.

51. Em suma, a IN nº 02/2008, o Acórdão nº 1828/08 – TCU e o Parecer nº AGU/JTB 01/2008 trouxeram inovações quanto aos efeitos financeiros da repactuação de preços dos contratos administrativos de serviços continuados, evoluindo no posicionamento peremptório que obstava a retroatividade de tais efeitos em qualquer circunstância, uniformizando as regras e critérios no âmbito da Administração Pública Federal.

III.6. DA NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DA ALÍNEA “F” DA DECISÃO Nº 325/2007, POR ESTA CORTE DE CONTAS, NO SENTIDO DE ADOTAR OS MESMO CRITÉRIOS DA IN Nº 02/2008 – MPOG E DO ACÓRDÃO Nº 1828/08 – TCU – PLENÁRIO, QUANTO AOS EFEITOS FINANCEIROS DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS MOTIVADA POR AUMENTO SALARIAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

52. Preliminarmente, no que se refere à possibilidade de aplicação das regras e critérios estabelecidos na IN nº 02/2008 e no Acórdão nº 1827/2008 – TCU - Plenário, que estabelecem regras quanto os efeitos financeiros da repactuação de preços dos contratos de prestação contínua na esfera federal, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, entende-se ser plausível e necessária, pelas razões adiante expostas.

53. A uma, porque a figura jurídica da repactuação de preços já se encontra disciplinada no âmbito do DF, disciplinada pela Decisão nº 325/2007 – TCDF. As novas regras e critérios dispostos nos citados normativos retratam apenas inovação do posicionamento adotado na esfera federal, que não permitia a retroatividade dos efeitos financeiros da repactuação de preços dos contratos administrativos em nenhuma hipótese. Não se trata, portanto, de inserção de figura jurídica autônoma, mas desdobramentos advindos da evolução de entendimento sobre determinada matéria pertinente à repactuação.

54. A duas, porque insere na seara do dever-poder da Administração Pública contratante a manutenção da equação econômico-financeira de todos os contratos administrativos firmados com particulares, a fim de afastar o risco da não execução dos ajustes firmados por danos financeiros causados ao contratado, contrariando, dessa forma, o interesse público, sob pena de enriquecimento sem justa causa da Administração Pública.

55. Nessa linha, discorre Celso Antonio Bandeira de Mello⁵:

“Enriquecimento sem justa causa é o incremento do patrimônio de alguém em detrimento do patrimônio de outrem, sem que, para supeditar tal evento, exista uma causa juridicamente idônea. É

⁵ http://www.direitopublico.com.br/pdf_2/DIALOGO-JURIDICO-02-MAIO-2001-CELSO-ANTONIO.pdf



perfeitamente assente que sua proscrição constitui-se em um princípio geral de direito”

56. Com efeito, a manutenção do desnivelamento da equação econômico-financeira enseja afronta ao princípio da vedação ao enriquecimento sem justa causa pela Administração em detrimento ao contratado. E sendo a vedação ao enriquecimento sem justa causa um princípio de direito, este deve ser observado pela Administração Pública, em especial, na execução de seus contratos.

57. Nesse sentido, é incontroverso que qualquer contrato firmado pela Administração Pública tem uma equação econômico-financeira, que é a relação de fato, fixada pelas partes na celebração do contrato, entre os encargos do contratado e a remuneração devida pela Administração Pública, em razão da execução da obra, prestação do serviço, fornecimento de bens, prestação de serviço público ou qualquer outro que seja seu objeto. A relação de igualdade encargo-remuneração, estabelecida no momento da aceitação da proposta pela Administração Pública, deve ser mantida até a plena execução do contrato administrativo, qualquer que seja a sua espécie.

58. O art. 41 da IN nº 02/2008-MPOG e o Acórdão nº 1828/2008 – TCU - Plenário, ao inovarem quanto ao posicionamento até então dominante acerca da possibilidade da retroatividade dos efeitos financeiros da repactuação de preços dos contratos administrativos de prestação de serviços continuados, solucionam o problema de eventual enriquecimento sem justa causa por parte da Administração Pública Federal, em detrimento de prejuízo financeiro causado ao particular contratado, por conta do não ressarcimento pelo Poder Público a este último de aumento salarial de seus empregados homologado por motivo de Convenção Coletiva do Trabalho CCT, com efeitos financeiros pretéritos.

59. Mais, estabelecem que a repactuação deverá ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo certo que, se não o for de forma tempestiva, haverá a preclusão lógica do direito do contratado de repactuar.

60. Conforme já comentado em linhas anteriores, o posicionamento acima descrito impede que as empresas contratadas solicitem repactuação de contratos após anos de vigência, requerendo pagamentos retroativos a anos anteriores, o que ocasionava diversos problemas tais como impactos no planejamento do órgão e na sua execução orçamentária, além de comprometer as pesquisas de preço realizadas à época das prorrogações do contrato com a finalidade de verificar se o preço do contrato vigente consistia ainda na proposta mais vantajosa para a administração.

61. Observa-se, desse modo, que essa nova postura adotada na esfera federal preenche lacuna por falta de disposição legal expressa sobre a matéria, proporcionando segurança jurídica para as partes contratantes.

62. Sendo assim, em face das considerações expostas neste trabalho, entende-se que é imperativo que se reconheça a necessidade do acolhimento das regras e critérios utilizados pela Administração Pública Federal, estabelecidos na IN nº 02/2008 – MPOG e no Acórdão nº 1827/2008 – TCU - Plenário, que dizem respeito aos efeitos financeiros da repactuação de preços dos contratos administrativos de prestação de serviços continuados, por



motivo de majoração salarial, advinda de Convenção Coletiva do Trabalho, com a finalidade de preencher vazio proporcionado por falta de dispositivo legal que expressamente discipline a questão na esfera distrital, tendo em vista que a Administração do DF enfrenta problemas idênticos aos já solucionados na seara federal.

63. *Nessa linha, revoga-se tacitamente o contido na alínea “f” do item I da Decisão nº 325/2007, tendo em vista que o seu comando não mais se coaduna com o atual posicionamento dominante sobre a matéria ali tratada.*

64. *Quanto ao pedido de esclarecimento suscitado pelo consulente acerca da possibilidade de a Administração poder aceitar pedidos de repactuação formulados antes da data do efeito financeiro do dissídio, nos moldes do documento à fl. 35 e, no caso de protocolado esse pedido, se ele produz efeito jurídico para os fins do próximo dissídio, não se vislumbra, **em tese**, nenhum óbice quanto ao acolhimento do mesmo, por se tratar de simples cláusula assecuratória.*

65. *O efeito jurídico do referido pedido somente nascerá no momento imediatamente posterior ao aperfeiçoamento do direito, salvo se dispositivo legal dispuser ao contrário, após a homologação da Convenção Coletiva do Trabalho referenciada no respectivo pedido.*

66. *Contudo, no âmbito da Administração local, tal pedido não encontra guarida na Decisão nº 325/2007, que disciplina a repactuação de preços na esfera distrital, mormente ao item I, alínea “f” do referido decisum. Tal procedimento implica na adoção do disposto na IN nº 02/2008 – MPOG por via transversa.”*

11. Em suas conclusões, a Secretaria de Acompanhamento pontuou (fls. 48 a 76):

“68. Com a finalidade de responder às dúvidas erguidas pelo Consulente, delineou-se neste trabalho um panorama do instituto jurídico da repactuação de preços, a partir do Acórdão nº 1563/04-TCU, do Decreto 2.271/97 e da IN MARE nº 18/97. O entendimento desses normativos sobre a matéria embasou o disciplinamento sobre o tema no âmbito do Distrito Federal pela Decisão nº 325/2007-TCDF.

69. *Inobstante os regramentos acima referenciados, remanesceram distorções, mormente no que diz respeito à repactuação de preços dos contratos administrativos de prestação de serviços continuados, motivado por majoração salarial da mão-de-obra terceirizada, por conta de Convenção Coletiva de Trabalho, tendo em vista que o regramento sobre o tema não permitia em nenhuma hipótese a retroatividade de pagamentos pela Administração Pública Federal e inexistia dispositivo legal expresso que regulasse a questão, Tal situação fática causava sérios transtornos na esfera federal.*

70. *Objetivando preencher a lacuna legal até então existente, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a IN nº 02/2008, que permite a retroatividade dos efeitos financeiros na repactuação de preços, de acordo com o que dispõe o artigo 41 da referida Instrução.*



71. Sobreveio o Acórdão nº 1827-2008 – TCU, que perfilhou o mesmo entendimento acima mencionado, delimitando, no entanto, o interregno temporal, para o pleito da repactuação de preços, nos moldes estabelecidos na Instrução mencionada. Em seguida, a Advocacia Geral da União – AGU elaborou o Parecer nº AGU/JTB 01/2008, com o fito de uniformizar entendimento sobre o tema na seara federal.

72. Como se vê, houve evolução de posicionamento sobre o assunto com o objetivo de solucionar os problemas enfrentados pela Administração Pública Federal, tendo em vista a lacuna deixada pela legislação de regência.

73. No entanto, a Administração Pública local permanece se deparando com os mesmos problemas que já foram solucionados na seara federal, razão pela qual a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do DF encaminhou Consulta, no sentido de obter como resposta um novo posicionamento desta Corte de Contas sobre a matéria, mormente no que se refere ao quanto estabelecido na alínea “f” da Decisão nº 325/2007.

74. Contudo, como a Decisão permanece intacta, deve ser respondido ao Consulente quanto à impossibilidade de aceitação dos pedidos mencionados no item “a” da Consulta (fl. 6);

75. Quanto ao item “b” (fl. 7), que decorre do entendimento supra, a questão posta pela jurisdicionada não encontra amparo na Decisão nº 325/2007.

76. Assim, em face de todas as considerações expendidas neste trabalho e diante da relevância que o assunto manifesta, sugere-se ao e. Plenário desta Corte que determine a realização de estudo com vistas a colher subsídios para elaboração de Decisão Normativa sobre a matéria.”

12. Importante ressaltar o caráter normativo da Decisão nº 325/07 (art. 194, § 2º, do RI/TCDF), exarada em sede de consulta formulada quanto à possibilidade de repactuação de contratos de empresas prestadoras de serviços, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, em face de aumento ou reajuste salarial de empregados componentes da mão-de-obra utilizada, verbis:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu:

I - responder à consulta formulada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho nos seguintes termos:

a) o aumento do valor da mão-de-obra, nos contratos de prestação de serviços contínuos, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro, por não incidir, no caso, o art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, podendo implicar repactuação, com fundamento no art. 40, XI, dessa lei;

b) no caso da primeira repactuação dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o prazo mínimo de 01 (um) ano conta-se a partir da apresentação da proposta ou da data do respectivo orçamento, sendo que, nesta última hipótese, considera-se como data do orçamento a do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da entrega da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente;



c) nas repactuações seguintes dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o prazo mínimo de 01 (um) ano conta-se a partir da última repactuação;

d) os contratos de prestação de serviços de natureza contínua admitem uma única repactuação a ser realizada no interregno mínimo de 1 (um) ano;

e) a repactuação poderá contemplar todos os componentes de custo do contrato que tenham sofrido variação, desde que haja demonstração analítica dessa variação devidamente justificada, observando-se que compete ao gestor acercar-se de elementos informativos para avaliar o pleito e formar juízo de valor, para a respectiva discussão, inclusive no caso de ocorrência de diminuição de custos;

f) o prazo para pagamento dos novos valores repactuados deverá iniciar-se sempre a partir da conclusão das negociações, ou no máximo poderá retroagir à data da solicitação do contratado;

g) a repactuação, nos termos descritos nas alíneas anteriores, somente poderá ser realizada se houver expressa e específica previsão nos futuros editais de licitação e nas minutas dos futuros contratos;"

13. Nova Decisão Normativa, cuja prolação ora se impõe, vem na esteira, principalmente, do advento da IN nº 02/2008 – MPOG e alterações, que permitiu a retroação dos efeitos financeiros na repactuação de preços, nestes termos:

"Art. 41. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

Redação original:

~~*I - a partir da assinatura do termo aditivo;*~~

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras; (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

Redação original:

~~*III - em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de*~~



~~compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;~~

§ 1º Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente. (Nova redação pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

Redação original:

~~§ 1º No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.~~

§ 2º (Revogado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

Redação original:

~~§ 2º A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.~~

§ 3º (Revogado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

Redação original:

~~§ 3º A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida.~~

§ 4º (Revogado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

Redação original:

~~§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o período que a proposta permaneceu sob a análise da Administração será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.~~

Art. 41-A As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. (Incluído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)

Art. 41-B A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993. (Incluído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA MP Nº 3, DE 15/11/2009)"

14. Cabível ressaltar, consequentemente, as premissas fixadas pelo Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1828/2008:

- a repactuação de preços não foi editada pelo Decreto nº 2.271/97 como figura jurídica autônoma, mas como espécie de reajuste de preços, a qual, ao contrário de valer-se da aplicação de índices de preços, adota apenas a



efetiva alteração dos custos contratuais. Desse modo, não há se falar em inconstitucionalidade quanto ao aspecto previsto no artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal.

- sendo a repactuação contratual um direito que decorre de lei (artigo 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/93) e, tendo a lei vigência imediata, forçoso reconhecer que não se trata, aqui, de atribuição, ou não, de efeitos retroativos à repactuação de preços. A questão ora posta diz respeito à atribuição de eficácia imediata à lei, que concede ao contratado o direito de adequar os preços do contrato administrativo de serviços contínuos aos novos preços de mercado.

- a partir da data em que passou a vigor as majorações salariais da categoria profissional que deu ensejo à revisão, a contratada passou deter o direito à repactuação de preços. Todavia, ao firmar o termo aditivo de prorrogação contratual sem suscitar os novos valores pactuados no acordo coletivo, ratificando os preços até então acordados, a contratada deixou de exercer o seu direito à repactuação pretérita, dando azo à ocorrência de preclusão lógica.

15. Pertinente, ainda, destacar o teor das Orientações Normativas da Advocacia-Geral da União que compilaram os entendimentos sobre reajuste e repactuação enunciados no Parecer AGU/JTB nº 01/2008, vinculantes para toda a Administração Pública Federal:

“Orientação Normativa nº 22/2009

O Reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificadas as circunstâncias elencadas na letra “d” do inc. II do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

Orientação Normativa nº 23/2009

O edital ou o contrato de serviço continuado deverá indicar o critério de reajustamento de preços, sob a forma de reajuste em sentido estrito, admitida a adoção de índices gerais, específicos ou setoriais, ou por repactuação, para os contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

Orientação Normativa nº 24/2009

O edital e o contrato para prestação de serviço continuado devem conter apenas um evento como marco inicial para a contagem do interregno de um ano para o primeiro reajuste ou repactuação: ou a data da proposta ou a data do orçamento a que a proposta se referir.

Orientação Normativa nº 25/2009

No contrato de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, o interregno de um ano para que se autorize a repactuação deverá ser contado da data do orçamento a que a proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos



decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos.

Orientação Normativa nº 26/2009

No caso das repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano deve ser contado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.”

16. Nesse raciocínio, em virtude do quadro fático-jurídico acima delineado, a providência restante neste feito, no sentido da elaboração de minuta de Decisão Normativa sobre o assunto em análise (fls. 104/105), contempla as conclusões às quais chegou a Secretaria de Acompanhamento deste TCDF.

17. A propósito da imperatividade da revisão e consolidação do entendimento da Corte de Contas distrital, então externado pela Decisão nº 325/2007, a fundamentação jurídica encontra supedâneo, portanto, nas disposições da IN nº 02/2008 – MPOG e suas alterações, no Acórdão nº 1828-2008 – TCU e nas Orientações Normativas da AGU, que uniformizaram as regras e critérios no âmbito da Administração Pública Federal.

18. A minuta de normativo ora sugerida deve ser submetida aos competentes setores da Corte, para conhecimento, aperfeiçoamento e ocasional aprovação, com a consequente revogação da Decisão nº 325/2007.

19. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I) tomar conhecimento da presente Informação;
- II) considerar cumprida a Decisão nº 6234/2012;
- III) aprovar a minuta de Decisão Normativa de fls. 104/106.

À consideração superior.

Brasília, 11 de março de 2013.

RENATO ALVES DA CRUZ

Auditor de Controle Externo - Matrícula 318-2

De acordo,

Julio Cesar Freitas de Sousa

Chefe da Assessoria de Planejamento Estratégico da Fiscalização

Mat. 280-1